

**RELATÓRIO DE**

**AVALIAÇÃO**

**DE EXECUÇÃO**

**PROJETOS-PILOTO**

**ALTO TÂMEGA # COIMBRA # ALGARVE BARLAVENTO**

## **Ficha técnica**

**Título:** Relatório Final de Avaliação de execução dos projetos-piloto (Alto Tâmega | Coimbra | Algarve Barlavento)

**Período do relatório:** a informação presente neste documento contém os dados reportados e recolhidos entre Agosto de 2021 e 31 de Março de 2023, de acordo com o previsto no nº 10, B da RCM nº 25/2021.

**Data da versão final:** Junho 2023

**Direção, compilação dos dados, conceção, elaboração e edição:** AGIF

# ÍNDICE

Sumário Executivo.....	5
Introdução.....	12
Monitorização das iniciativas.....	15
Projeto-piloto no Alto Tâmega.....	15
SWOT e os projetos.....	15
Execução.....	17
Conclusões.....	29
Projeto-Piloto na Região de Coimbra.....	32
SWOT e os projetos.....	32
Execução.....	34
Conclusões.....	40
Projeto-piloto no Algarve.....	41
SWOT e os projetos.....	41
Execução.....	43
conclusões.....	51
Anexos.....	53

**Norma habilitante**

N.º 10, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março.

**Referência**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, que aprova os projetos-piloto no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

A publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, aprovou os projetos-piloto no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR). Este Plano prevê a concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), sendo que, as opções estratégicas são materializadas através do Programa Nacional de Ação (PNA).

Foi possível criar a base para um programa de gestão da mudança que permitiu testar o conceito de governança do SGIFR, por forma a concretizar gradualmente novos processos, através de equipas locais multidisciplinares à escala sub-regional, analisar resultados e processos de melhoria contínua, comunicação e acompanhamento dos projetos-piloto, para concretização do modelo de governança.

Com este objetivo traçado, uma das primeiras prioridades foi, através de um processo participativo, comunicar aos agentes do SGIFR esta nova realidade, que vai produzir impactos ao nível das relações e cultura das instituições e de toda a sociedade civil, onde um grande número de processos envolve uma série de entidades com responsabilidades bem definidas. Pode verificar-se a necessidade de capacitar os agentes SGIFR para uma efetiva implementação deste novo sistema.

Os projetos-piloto assumiram o papel de aceleradores, de forma a potenciar a eficácia e eficiência dos processos e o alcance das metas do PNGIFR, mobilizando a comunidade para um compromisso partilhado na direção dum “Portugal protegido contra Incêndios Rurais Graves em 2030”.

Foram estabelecidas três zonas-piloto, nas NUTS III do Alto Tâmega, Coimbra e Algarve, zonas identificadas como representativas de outras zonas do território nacional e com alguma diversidade em variáveis como o risco, as características florestais, sociais e económicas.

Os pilotos contaram com o apoio, na sua implementação, da Direção-Geral do Apoio às Reformas Estruturais (DG Reform) da União Europeia - com a disponibilização de

serviços de consultoria liderados pela AARC e com a participação de elementos da WWF, ISA, NovaSBE, UÉvora, UTAD, ULisboa, ESAC e IGOT. Beneficiou-se também do trabalho desenvolvido para este efeito pelo Professor Michael Czaja PhD. da Universidade do Colorado State U.S.A., ao abrigo do programa de cooperação Fullbright.

Toda a implementação do projeto contou com a participação das principais entidades envolvidas nos grupos de trabalho: ICNF, ANEPC, GNR, FFAA, PSP, PJ, AGIF, CIM e Municípios.

### **Principais Conclusões**

Como referido no relatório intercalar, verificou-se desde o início uma boa aceitação deste projeto, genericamente pelas diversas entidades dos grupos de trabalho, com as dúvidas naturais associadas a um novo modelo de organização e com o papel dum ator recente, a AGIF, que se foram esclarecendo com o andamento dos trabalhos. A região de Coimbra desde o início manifestou o seu desacordo com o facto de não serem abrangidos todos os municípios da Comunidade Intermunicipal.

O primeiro passo na concretização dos pilotos passou pela fase do planeamento, tendo sido escolhidos pelas entidades participantes 13 projetos – na média dos pilotos - do “portfólio” identificado no Programa Nacional de Ação, identificados como chave para responder ao diagnóstico das fragilidades, pontos fortes, ameaças e oportunidades presentes em cada território (análise SWOT).

A seleção dos projetos-chave foi feita por votação entre as entidades envolvidas e posteriormente afinada com o método quantitativo AHP - Processo Analítico Hierárquico, de forma a garantir que a variabilidade de projetos escolhidos entre as regiões representa aptamente as diferentes realidades locais e procurando garantir que as entidades se reviam na seleção final.

Foi realizado um diagnóstico para cada área piloto que foi posteriormente robustecido com cartografia e indicadores analíticos, por parte da equipa de projetos do projeto da Direção-Geral das Reformas de Comissão Europeia, que passou a ficar disponível no decurso da fase de implementação do projeto.

Identificaram-se ainda projetos pioneiros (ações já em curso que poderiam ser aceleradoras e sinérgicas com os pilotos) que poderiam ser mais diretamente articulados e alavancados, com ligações que poderão ainda ser estabelecidas até ao término da vigência dos pilotos (vide anexo 4).

Conclui-se desta fase, que as várias entidades locais valorizam a sua participação ativa na definição das atividades prioritárias para o seu território, a partir de modelos bem estruturados e claros de planeamento (em especial a simplificação de metas e análise de custo benefício), algo que é vital aperfeiçoar e reforçar na extrapolação da metodologia para o resto do continente.

À medida que os pilotos foram avançando, as entidades foram sendo confrontadas com alguns desafios decorrentes da própria implementação do mesmo.

Um dos desafios mais consistentemente apontados pelos participantes nos pilotos reside na necessidade de valorização dos espaços rurais, dada a perda e envelhecimento da população rural e a conseqüente diminuição da gestão ativa destes territórios que importa promover a partir dum sólido crescimento económico, a que não está alheio o potencial da remuneração dos serviços de ecossistemas e o sequestro de carbono. A consciência partilhada de que sem uma alteração destas variáveis, os incêndios continuarão a revelar-se uma ameaça à nossa sociedade, remete-nos também para a necessidade de abordar o problema na sua dimensão estrutural e de longo prazo e acima de tudo de evitar soluções simplistas que nos convidem à adoção de modelos de governança desadaptados ao risco.

Para este efeito, foram realizadas ações de formação especificamente relacionadas com este tema da valorização e do pagamento de serviços de ecossistemas, onde participaram as entidades envolvidas nestes projetos, bem como, outras partes interessadas (OPFs, etc). As ações de formação tiveram igualmente como foco a

preparação das entidades para as candidaturas aos fundos para pagamento destes serviços.

É pertinente relevar que o processo de mudança não é célere; a implementação deste Sistema possui uma complexidade extraordinária, resultante das múltiplas esferas de atuação e agentes envolvidos, necessitando do compromisso e envolvimento de todos os atores, para os quais as políticas públicas devem contribuir. É necessário o acompanhamento contínuo da implementação das iniciativas, gerindo as expectativas e mobilizando para uma mudança a longo prazo.

Estas são as crenças partilhadas em geral pelos elementos dos grupos de trabalho, que identificam como fundamental a consistência e estabilidade das políticas públicas para a obtenção de resultados no contexto anteriormente descrito.

É, pois, natural que os fatores críticos que os pilotos identificam sejam os recursos humanos insuficientes (elevado volume de trabalho, falta de exclusividade dos Gabinetes Técnicos Florestais, imprevisibilidade das tarefas), ineficiências nos processos de decisão, fontes de financiamento desajustadas e complexas e a comunicação entre as instituições, mas também internamente, em particular entre os níveis nacional e regional.

Denotou-se também alguma dificuldade na orçamentação e identificação de metas e ações prioritárias nos projetos. Esta dificuldade foi trabalhada e mesmo ultrapassada, através da introdução da abordagem de gestão de projeto, onde primeiramente deve ser feita a identificação do que deve ser feito no território e obter um impacto de escala com sustentabilidade e, em face desse resultado, verificar e contabilizar quais os recursos necessários para implementar essas ações.

Quanto aos temas do financiamento, propostas de melhorias identificadas foram a criação de um pacote financeiro específico para os projetos-piloto com gestão centralizada dos fundos, direcionando os avisos e anúncios para estas regiões e simplificando os processos de candidatura. Foi ainda apontada a coordenação de candidaturas conjuntas aos financiamentos como uma desejável melhoria.



Após várias interações com as entidades gestoras dos fundos e áreas governativas com responsabilidade pelos fundos, foi constituído um grupo de trabalho para o financiamento do SGIFR, no qual foi tida como primeira prioridade o financiamento dos pilotos. Assim, para os pilotos foi aberto um aviso para pequenos investimentos de exploração agrícola através do PDR 2020, no montante de 2 milhões de euros. Foram ainda aprovados por despacho do Fundo Ambiental para 2023, três avisos – pastoreio, gestão agregada e instalação de unidades de geração de energia local em pequena escala através da biomassa em resultado da gestão e exploração florestal.

No âmbito da comunicação, apontaram-se iniciativas para potenciar intercâmbios de experiências entre os três pilotos, bem como entre áreas de conhecimento e competências, permitindo a permeabilidade entre o conhecimento empírico e científico. Neste domínio também a criação de escolas de educação formal e não formal foi considerado relevante para apoiar o desenvolvimento agrossilvopastoril.

Considerado ainda como crítico foi a existência de uma plataforma de monitorização dos projetos, ferramenta que, entretanto, foi disponibilizada especificamente para o projeto.

Os ensinamentos atrás descritos retirados do processo de implementação dos pilotos permitem antever as dificuldades e as melhorias necessárias na construção e execução dos programas regionais e sub-regionais de ação, entretanto em curso ao nível nacional.

Relativamente à execução propriamente dita, até ao momento, os projetos-piloto apresentam uma taxa de execução média de 49% nas três regiões: 46% para o Alto Tâmega, 35% para Coimbra e 66% para o Barlavento Algarvio, sendo notória uma evolução desde o arranque, com um melhor entrosamento e articulação entre as entidades, que importa alargar com urgência a outros membros da comunidade, como as juntas de freguesia e entidades privadas sejam elas empresas ou particulares.

Na sua generalidade, os projetos com menor taxa de execução e em alguns casos sem execução, estiveram condicionados pela abertura de avisos para financiamento.

Este aspeto foi determinante aquando da negociação de fundos, no âmbito do grupo de trabalho acima mencionado, para financiar as iniciativas dos pilotos que se

pretendiam constituir como referências e que se encontravam já preparados para arrancar, como as pequenas centrais de biomassa, a remuneração de serviços de ecossistemas, o investimento em serviços complementares à gestão florestal para captura de maior rendimento e alargamento da atividade de pastoreio.

No âmbito da vigilância, a instalação de câmaras de deteção automática de incêndios é outra iniciativa de relevo para a qual se procura neste momento ativamente o financiamento.

Os projetos que apresentam maior taxa de execução são tipicamente aqueles que apesar de serem considerados chave no âmbito dos pilotos, tinham a sua definição e implementação já anteriormente previstas e já com taxa de execução, normalmente associados à gestão de combustível como é o caso da rede primária ou uso do fogo, mas também as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) que os pilotos vieram dinamizar nas suas regiões.



# INTRODUÇÃO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de Março, aprovou os projetos-piloto no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (RCM n.º45-A/2020).

Estes projetos-piloto transpõem para o território o decorrente do Programa Nacional de Ação (RCM n.º71/2021), através das suas 4 orientações estratégicas: (i) valorizar os espaços rurais (ii) cuidar dos espaços rurais (iii) modificar comportamentos (iv) gerir o risco de forma eficiente

Foram criados três projetos-pilotos, cujo âmbito territorial se localiza nas NUTS III do Alto Tâmega, Coimbra e Algarve, com o objetivo de promover a organização, os recursos e a cadeia de processos do PNGIFR, decorrendo de Julho de 2021 a, previsivelmente, Março de 2023.

Para atingir estes objetivos o foco destes projetos-pilotos são:

- a) Modelo de governança, através da articulação da tomada de decisão entre as entidades ao nível regional, sub-regional e municipal;
- b) Especialização das equipas, nas componentes de suporte, mobilização, coordenação e monitorização dos agentes do SGIFR;
- c) Mobilização dos agentes SGIFR orientados para as melhores práticas de proteção de pessoas, animais e bens;
- d) Implementar projetos de inovação e desenvolvimento da cadeia de processos;
- e) Rotina e padronização da monitorização e mecanismos de reporte;
- f) Mobilização das fontes de financiamento para os processos prioritários.

À Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF, I.P.) compete a coordenação e operacionalização da execução dos projetos-piloto, apoiada por um grupo de trabalho específico, dividido em entidades nucleares e não-nucleares, dependendo do seu nível de responsabilidade (e.g. Forças Armadas, Autoridade

Nacional de Emergência e Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Comunidades Intermunicipais e Municípios).

Os projetos-piloto foram selecionados pela sua representatividade em função da estrutura da propriedade e das tipologias florestais, vulnerabilidade, heterogeneidade do risco de incêndio rural, assim como da expectável boa aceitação pelos atores locais. Alguns dos indicadores de perfil em comum entre os três territórios são a cobertura espacial de floresta e matos, a tendência de perda e envelhecimento da população, a diminuição da mão-de-obra agrícola, elevada fração de área ardida nos últimos 20 anos e extensa área de perigosidade estrutural alta e muito alta.

Para operacionalização dos projetos-pilotos, foram identificados projetos prioritários (ações-chave ou projetos críticos) de entre os 97 projetos do Programa Nacional de Ação, selecionados pelas entidades nucleares por votação, em função do diagnóstico dos territórios.

Ao abrigo do projeto REFORM/SC2021/063 da Direção-Geral de Apoio às Reformas Estruturais, da Comissão Europeia, a consultora AARC que prestou apoio técnico no desenvolvimento destes projetos-piloto, contando com uma equipa de especialistas, na sua maioria da academia, garantindo a criação de elementos de reporte e monitorização dos projetos-pilotos, de ferramentas de apoio à implementação e estratégias de replicação destes para o restante território. Desta forma, este relatório integra algumas das conclusões preliminares do trabalho realizado pela AARC.

O relatório integra também algumas das conclusões ao abrigo do Programa de Especialistas da Fulbright Project P005334, "Performance Management within the Portuguese Integrated Rural Fire Management System", elaborado por Michael R. Czaja, PhD, professor na Colorado State University.

Adicionalmente, foram levados em linha de conta os contributos das representações regionais do Exército, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Guarda Nacional

Republicana (GNR) e Polícia Judiciária (PJ), bem como das Comunidades Intermunicipais (CIM) e alguns municípios.

Com este relatório pretende resumir as grandes linhas de implementação do projetos-piloto, entre agosto de 2021 e março de 2023.

# MONITORIZAÇÃO DAS INICIATIVAS

## PROJETO-PILOTO NO ALTO TÂMEGA

O projeto-piloto do Alto Tâmega foi apresentado a 16 de abril de 2021, sendo o programa de execução, acompanhamento e monitorização aprovado em Conselho Intermunicipal, a 13 de julho de 2021.



Foram realizadas 10 reuniões do Grupo Técnico Específico e 20 reuniões intercalares para preparação das reuniões do Grupo de Trabalho Específico, envolvendo as entidades previstas na RCM nº 25/2021 e representantes de outras entidades, e.g., Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real.

## SWOT E OS PROJETOS

Analisadas as fragilidades, os pontos fortes, as ameaças e as oportunidades do território (análise SWOT), o grupo de trabalho selecionou depois dezasseis projetos que se entendeu melhor responderem a esse diagnóstico.

O diagnóstico realizado apontou essencialmente a ausência de atratividade do setor primário e baixa implementação de inovação e a necessidade de mobilização de proprietários e de estímulo a práticas associativas para a gestão agregada.

Adicionalmente, verifica-se a perda da capacidade regenerativa das áreas florestais pelo esgotamento dos bancos de sementes e a as áreas ocupadas por espécies invasoras lenhosas, em consequência da recorrência dos incêndios.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivo de ESF e BSF</li> <li>• Área Baldia</li> <li>• Condições para implementar Fogo Controlado</li> <li>• Manchas de Pinheiro Bravo</li> <li>• Elevado valor do Património Natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa rentabilidade da propriedade</li> <li>• População envelhecida e pouco qualificada</li> <li>• Resistência ao uso do fogo controlado</li> <li>• Isolamento das comunidades rurais</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Transformação da Paisagem</li> <li>• Uso Múltiplo da Floresta</li> <li>• Pagamento de Serviços de Ecossistema</li> <li>• Certificação Florestal</li> <li>• Valorizar o potencial produtivo no Vale do Tâmega</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada continuidade e carga de combustível</li> <li>• Comportamentos de risco (dolo e negligência)</li> <li>• Uso do fogo para eliminação de sobrantes</li> <li>• Incêndios Rurais Graves</li> </ul>

Tem havido um trabalho de comunicação do projeto junto da comunidade, dando notoriedade a este projeto-piloto, sempre em estreita colaboração com a Comunidade Intermunicipal.

No que respeita ao projeto “2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos” sob a responsabilidade do ICNF, destacamos a visita técnica dos especialistas do Instituto de Recursos Florestais da Finlândia e da Kaleria University of Applied Sciencies (LUKE) e Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG) a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega tendo visitado os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, com vista a efetuar uma primeira avaliação da viabilidade da instalação das centrais em determinadas localizações identificadas no âmbito deste projeto, considerando os aspetos ligados à capacidade de fornecimento de biomassa florestal, consumos energéticos para o fornecimento de aquecimento e ainda a logística de transporte e armazenamento.

De destacar também o projeto “Gestão de Desempenho no âmbito da Gestão de Incêndios de Portugal” do Programa de cooperação técnica entre Portugal e os EUA na



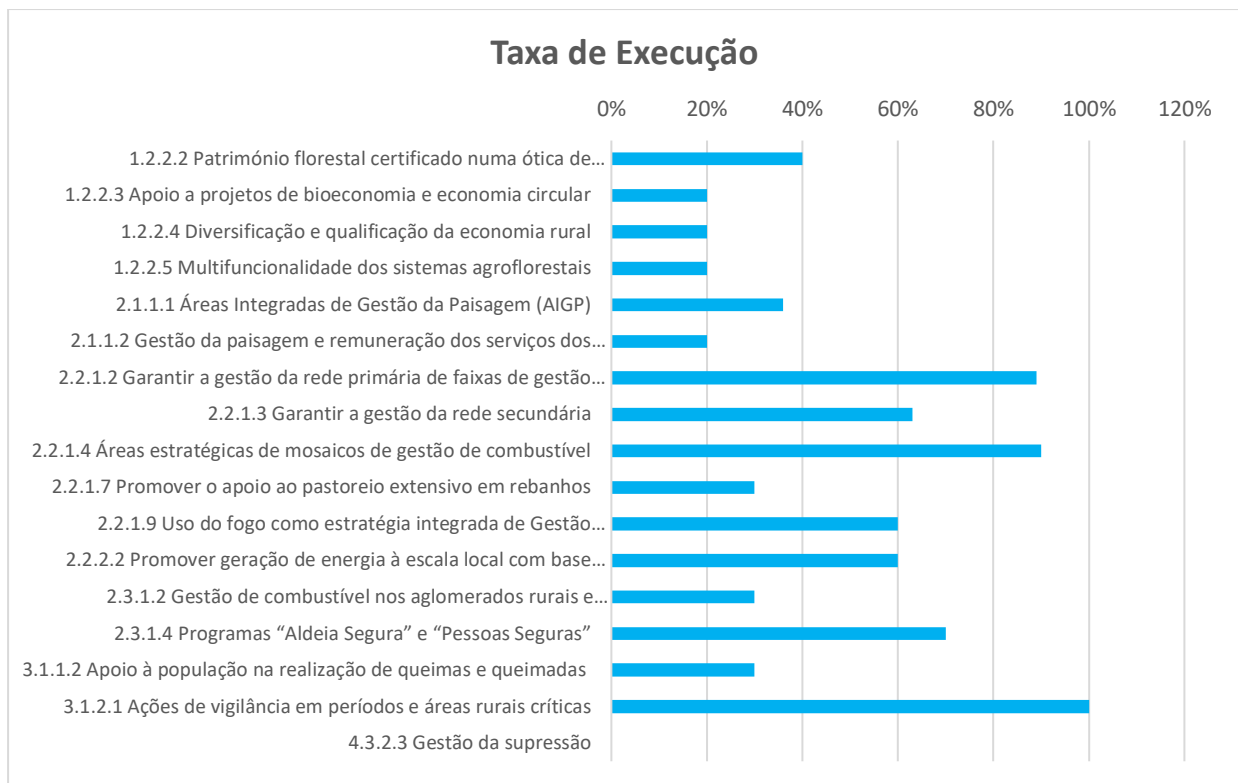
área dos incêndios florestais (Fullbright Specialist Programme), onde esteve presente na região o especialista Michael Czaja, tendo este projeto contado com a colaboração de várias entidades. Este projeto visa compreender as crenças e atitudes básicas em relação a temas críticos de gestão de incêndios florestais, de forma a desenhar estratégias de comunicação e iniciativas de envolvimento com os principais stakeholders, promovendo a dinâmica necessária no processo de mudança.

Importa referir que esteve em curso um Programa de visitação, na região, por forma a sinalizar boas práticas em curso no território e que pudessem alavancar o processo de gestão da mudança pretendido. Acresce que foi promovida uma visita à Região Centro, referente ao Projeto 2.3.1.2 – Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, que mobilizou várias entidades da Região Norte, tais como, CCDR Norte o ICNF/ Norte a Câmara Municipal de Boticas, para além da própria AGIF.

Ainda no âmbito deste programa, ocorreu uma visita com a participação de várias entidades que integram este piloto, ao projeto apoiado pela UE “Life Maronesa”, que decorre na Serra do Alvão, nos municípios de Vila Real, Mondim de Basto, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar. Destaca-se ainda a preocupação em capacitar as entidades em gestão de projetos, trabalhando um plano de trabalho com atividades associadas a um cronograma.

## EXECUÇÃO

Relativamente ao grau de execução dos projetos selecionados apresentam-se abaixo os principais resultados:



## Orientação Estratégica 1 - Valorizar os Espaços Rurais

### Projeto 1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade

**Avaliação:** As metas desta ficha são 31 500 ha das áreas sob gestão pública e baldios com gestão florestal certificada, através de um levantamento de tipologias de produtos florestais aptos para a gestão certificada, a elaboração de cartografia das áreas certificadas e com potencial de certificação e a definição de critérios de certificação nas compras públicas. A taxa de execução é de 40% (12 400 ha), tendo por base os hectares certificados na região. Este valor diz respeito, também, a ações anteriores ao projeto piloto e como tal não correspondem exclusivamente ao período de vigência do mesmo, contudo foram desenvolvidas ações de planeamento para recolha de informação alfanúmerica e cartográfica no período de vigência do projeto piloto. A CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Dificuldade em listar tipologias de produtos florestais aptos para gestão certificada.

**Melhorias:** Garantir um apoio para o processo de certificação de áreas florestais, nos dois sistemas (FSC e PEFC), incluindo a produção de informação cartográfica.

### **Projeto 1.2.2.3 Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular**

**Avaliação:** As metas desta ficha são aumentar o número de empresas ligadas à bioeconomia e à economia circular, assim como o número de investimento neste âmbito e por último aumentar o número de postos de trabalho, em especial qualificado. Destacamos neste projeto, as principais iniciativas a desenvolver: a criação de uma unidade de transformação da castanha; uma unidade de venda de pequenos ruminantes; um centro de competências de produtos endógenos; uma unidade de transformação de resina; 12 unidades de transformação agroalimentar; uma unidade de produção de composto orgânico a partir de resíduos florestais e por último uma unidade de produção de postes de madeira.

No âmbito deste projeto foram levados a cabo reuniões com o PO regional, foram identificados os investimentos e as fileiras prioritárias na região do Alto Tâmega e Barroso, desenvolvidas ações de capacitação e de preparação para submissão de candidaturas a fontes de financiamento, iniciativas que se enquadram nas ações de suporte, coordenação e monitorização dos agentes e que se traduz numa taxa de execução de 20%.

**Pontos Críticos:** Captar investimento no PO Regional e outras fontes de financiamento Não foi possível no período de vida útil do projeto apoiar, através de candidaturas a fontes de financiamento, ações e iniciativas concretas no território.

**Melhorias:** Incentivar o investimento resultante das oportunidades de financiamento identificadas ao nível regional.

### **Projeto 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural**

**Avaliação:** As metas desta ficha preveem incrementar o valor da economia rural, i.e., o aumento de projetos de investimento apoiados, o incremento do volume de negócios e aumento de exportações. Destacamos neste projeto, as principais iniciativas a desenvolver: a criação e dinamização da rota da castanha e da rede de miradouros; a escola de cozinhas regionais e a escola de pastores; o projeto “rebanho mais”, a

produção dos Vouchers “Queimadas” e “Recuperação de pastagens permanentes” e ainda a utilização de ruminantes para a conservação da paisagem. No âmbito deste projeto foram levados a cabo reuniões com o PO regional, foram identificados os investimentos e as fileiras prioritárias na região do Alto Tâmega e Barroso, desenvolvidas ações de capacitação e de preparação para submissão de candidaturas a fontes de financiamento, iniciativas estas que se enquadram nas ações de suporte, coordenação e monitorização dos agentes e que se traduz numa taxa de execução de monitorização dos agentes e que se traduz numa taxa de execução de 20%.

**Pontos Críticos:** Captar investimento no PO Regional e outras fontes de financiamento. Não foi possível no período de vida útil do projeto apoiar, através de candidaturas a fontes de financiamento, ações e iniciativas concretas no território.

**Melhorias:** Como principais melhorias indicamos a necessidade de diversificar e qualificar as atividades económicas que tirem partido dos recursos endógenos do território e incentivar o investimento resultante das oportunidades de financiamento identificadas ao nível regional.

### **Projeto 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais**

**Avaliação:** As metas desta ficha preveem o aumento de áreas resinadas; número de colmeias; áreas afetas à fileira dos frutos secos e silvestres; investimento em projetos de valorização do capital natural associado aos espaços florestais. Destacamos como principais realizações deste projeto a dinamização dirigida à economia rural e indústrias locais, e o programa de visitas em curso, com o objetivo de valorizar o território e seus recursos.

Foram desenvolvidas no âmbito deste projeto, ações de identificação das fileiras consideradas prioritárias e identificação dos investimentos prioritários, iniciativas estas que se enquadram nas ações de suporte, coordenação e monitorização dos agentes e que se traduz numa taxa de execução de monitorização dos agentes e que se traduz numa taxa de execução de 20%.

**Pontos Críticos:** Captar investimento das diversas fontes de financiamento. Não foi possível no período de vida útil do projeto apoiar, através de candidaturas a fontes de financiamento, ações e iniciativas concretas no território.

**Melhorias:** Consolidar e promover a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais e a diversificação dos usos do solo e incentivar o investimento resultante das oportunidades de financiamento identificadas ao nível regional.

## **Orientação Estratégica 2 - Cuidar os Espaços Rurais Projeto**

### **2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)**

**Avaliação:** As metas desta ficha são a constituição de – 5 AIGP e 1 OIGP. Destacamos como principais realizações neste projeto a aprovação da cartografia e a constituição de 2 AIGP. Não foram aprovadas OIGP no período de vida útil do projeto. Apresenta-se uma taxa de execução de 36%, contudo os indicadores refletem as ações desenvolvidas numa fase antecedente ao arranque do projeto piloto e que contribuíram para a constituição das 2 AIGP e para a taxa de execução.

**Pontos Críticos:** A abertura do concurso não acautelou a integração de todas as AIGP na área do piloto e não valorizou o facto de ser área do projeto piloto na avaliação das candidaturas.

**Melhorias:** Como oportunidade de melhoria identificamos a necessidade de se elaborar um quadro de referência de apoio à elaboração das propostas de OIGP e acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do projeto piloto

### **Projeto 2.1.1.2 Gestão da Paisagem e Remuneração de Serviços de Ecossistemas**

**Avaliação:** As metas são o mapeamento dos serviços de ecossistemas existentes nas áreas do piloto e a implementação e manutenção da gestão em 4300 hectares da área mapeada para reconversão dos povoamentos, manutenção dos lameiros e faixas de gestão de galerias ripícolas, com o objetivo de promover a diversificação da paisagem e

equilíbrio no ecossistema. Destacamos como principal atividade a produção de cartografia de áreas com potencial e as ações de capacitação sobre este tema, o que se traduz numa taxa de execução de 20%.

**Pontos Críticos:** Não foi concretizada a área piloto de remuneração de serviços de ecossistemas, nem criadas as linhas de apoio específicas, não obstante ser considerado um projeto de extrema importância.

**Melhorias:** Identificação de zonas com potencial para instalação de pilotos de serviços de ecossistemas, com priorização das áreas a beneficiar com reconversão de povoamentos, manutenção de lameiros e faixas de gestão de galerias ripícolas, criando uma matriz de remuneração dos serviços dos ecossistemas. Criação de linha de apoio específica para garantir a remuneração de serviços de ecossistemas.

### **Projeto 2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis**

**Avaliação:** A meta desta ficha são 1400 ha de rede primária de faixas de gestão de combustíveis com gestão efetiva. A taxa de execução de 89% (1263 ha). Este valor diz respeito, também, a ações anteriores ao projeto piloto e como tal não correspondem exclusivamente ao período de vigência do mesmo. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Avaliação da eficácia do traçado da rede primária de faixas de gestão de combustíveis.

**Melhorias:** Como oportunidade de melhoria indica-se a necessidade de se identificarem os troços prioritários de gestão e avaliação do traçado, promovendo a sustentabilidade do projeto.

### **Projeto 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária**

**Avaliação:** A Meta desta ficha são garantir 4087 ha/ano | 90% de rede secundária com gestão efetiva. Destacamos como principal realização a execução de 3678,30 ha , com uma taxa de Execução de 63 %. Esta taxa de execução reflete o trabalho desenvolvido

numa fase antecedente e após o arranque do projeto piloto e resulta de uma obrigação legal de todas as entidades com competência nesta matéria. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Promover o envolvimento da entidade responsável pela gestão da rede secundária.

**Melhorias:** Promover o incremento da taxa de cumprimento deste projeto junto das entidades com responsabilidade na gestão da rede de defesa.

#### **Projeto 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível**

**Avaliação:** A Meta desta ficha são 2000 ha. No relatório intercalar apontou-se uma taxa de execução de 90%, resultantes de ações e iniciativas desenvolvidas numa fase antecedente e posterior ao período de vigência do projeto piloto, relacionadas com as ações desenvolvidas nas áreas de suporte, coordenação e mobilização das entidades e dos agentes, a produção de cartografia de áreas com potencial GIR|Recorrência|Ocupação, assim como a produção de cartografia de áreas intervencionadas. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Este projeto deve ser ajustado à metodologia desenvolvida no âmbito do PRA/PSA.

**Melhorias:** Indicamos como oportunidade de melhoria recorrer a simuladores para testar propostas que surjam nos PSA.

#### **Projeto 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo em rebanhos**

**Avaliação:** As metas deste projeto são o número de projetos apoiados (3), o Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso a pastoreio extensivo (150 hectares) e o Número de animais envolvidos (150 animais). Foram geridos 200 hectares na região com recurso ao pastoreio e o número de animais envolvidos foi cerca de 200. A taxa de execução de 30 %, reflete o trabalho desenvolvido numa fase

anterior e após o arranque do projeto piloto pelas entidades com competência nesta área (AguiarFloresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar e Projeto LIFE MARONESA). Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

Apontamos como fatores essenciais neste projeto a criação da escola de pastores no território, o que se traduziu numa mais-valia, assim como a realização de um encontro internacional de escolas de pastores, por parte de uma associação da região - AguiarFloresta, que fortaleceu a importância do tema.

**Melhorias:** Indicamos como oportunidade de melhoria a necessidade de produzir cartografia das explorações e ignições associadas ao pastoreio e garantir apoio externo no processo de soluções e iniciativas que alavanquem o setor agropecuário do território. Financiamentos simplificados e ajustados à atividade da pastorícia.

**Pontos Críticos:** Ausência de recursos financeiros atrativos que promovam a dinâmica da atividade e legislação em vigor que condiciona fortemente a sustentabilidade da atividade

### **Projeto 2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão Florestal Rural**

**Avaliação:** A Meta desta ficha é a realização 400 hectares /ano de área intervencionada com recurso ao uso do fogo. Destacamos as principais ações executadas: 2 ações de promoção e dinamização de Fogo Controlado. A taxa de execução apontada no relatório intercalar de 60%, reflete o trabalho desenvolvido numa fase anterior e após o arranque do projeto piloto. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** A aceitação da técnica por parte das entidades e interessados, classificação de zonas como admissíveis para a aplicação do fogo de gestão, (com especial relevância na área de pinhal) e existência de interesse por parte dos privados em executar fogo controlado nas suas propriedades.



**Melhorias:** Implementar um carácter de regularidade na prática de fogo controlado para treino operacional e manutenção da credenciação, assim como promover esta técnica através de mecanismos de dinamização das entidades no território, desenvolvendo ações com escala que tenham impacto na paisagem.

#### **Projeto 2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos**

**Avaliação:** As metas são a implementação de 2 projetos distintos com caldeiras até 0.5 MW. Escolhidos locais de implementação e métodos de recolha de biomassa de sobrantes e matos, realizada visita técnica Luke-ISEG à região do Alto Tâmega e Barroso, e produzido o relatório de viabilidade técnica para implementação. Taxa de execução: 60%.

**Pontos Críticos:** Viabilidade técnica e económica assegurada para os locais selecionados. Os 2 projetos de promoção de energia não foram implementados no território, por falta de financiamento.

**Melhorias:** Resposta das entidades mais célere em relação às restantes fases do processo, maior celeridade na produção do relatório técnico de viabilidade.

#### **Projeto 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas**

**Avaliação:** As metas desta ficha são o número de aglomerados populacionais com projetos de “Condomínio de Aldeias” implementados, num total de 30. Destacamos o esforço das entidades do projeto, na implementação de 3 condomínios e na organização do processo para a apresentação de uma proposta de candidatura de 27 novos aglomerados. Foi ainda apresentada uma metodologia por parte da AARC para a definição dos locais prioritários. A taxa de execução apontada no relatório intercalar de 28%, reflete o trabalho desenvolvido numa fase antecedente e após o arranque do

projeto piloto. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Limitações na abrangência da candidatura. Limitações no número de localizações por entidade prejudica apresentação de candidaturas (municípios).

**Melhorias:** Acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do território e garantir a articulação direta com o projeto Aldeia Segura.

### **Projeto 2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”**

**Avaliação:** A Meta desta ficha são garantir que 107 aglomerados rurais sejam abrangidos pelo Programa identificado. Destacamos como principais realizações a inclusão de 1 aglomerado rural, assim como a agregação da Cartografia das aldeias / lugares Matriz e a definição com requisitos por aldeia/lugar. A taxa de execução apontada no relatório intercalar de 70%, reflete o trabalho desenvolvido numa fase antecedente e após o arranque do projeto piloto. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Proatividade distinta dos municípios em apresentar propostas de implementação, não existiu financiamento direto.

**Melhorias:** Existir um critério de priorização fixo em função do risco, por oposição a estar dependente apenas da vontade do município em submeter as candidaturas ao Programa. Destacamos ainda neste item, a necessidade de rever orçamento devido à necessidade de aquisição de mais equipamentos e contratação de recursos humanos qualificados para dinamizar as ações junto das comunidades, apostando na capacitação. Acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do território e garantir a articulação direta com o Condomínio de Aldeia.

## **Orientação Estratégica 3 – Modificar Comportamentos**

### **Projeto 3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas**

**Avaliação:** A Meta desta ficha é a redução da área ardida em 30%, através da uniformização de procedimentos na comunicação de queimas e autorização de queimadas, promovendo ações de apoio à realização de queimas e queimadas. Realizadas ações de esclarecimento e uniformização. A taxa de execução apontada no relatório intercalar de 30%, reflete o trabalho desenvolvido numa fase antecedente e após o arranque do projeto piloto. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** A necessidade de reforçar o programar nos três Concelhos, i.e., Montalegre, Valpaços e Chaves, não foi concretizada.

**Melhorias:** Realizar mais ações de esclarecimento junto da população e garantir a uniformização dos procedimentos de forma a reforçar os objetivos deste programa e seus benefícios.

### **Projeto 3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas**

**Avaliação:** A meta deste projeto visa garantir que 28 freguesias possuem patrulhamento assegurado durante 90 dias. A taxa de execução apontada no relatório intercalar de 80%, reflete o trabalho desenvolvido numa fase antecedente e após o arranque do projeto piloto, contudo, a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, manifestou a sua discordância quanto a este valor na medida em diz respeito a ações anteriores ao projeto piloto e como tal não correspondem diretamente à sua execução. Por esse facto a CIMATB entende que não devem ser considerados na taxa de execução do relatório final.

**Pontos Críticos:** Não foi estabelecido um polígono que represente cada patrulhamento, nem desenvolvida cartografia de áreas críticas a vigiar.

**Melhorias:** Criar uma metodologia em que a entidade responsável (GNR) identifica as necessidades, para o ICNF produzir cartografia de apoio à tomada de decisão no âmbito dos trabalhos a serem desenvolvidos no PSA, e Validação da proposta para identificação de zonas críticas (com base na perigosidade conjuntural) em detrimento das freguesias prioritárias.

## **Orientação Estratégica 4 – Gerir o Risco Eficientemente**

### **Projeto 4.3.2.3 Gestão da supressão**

**Avaliação:** A meta desta ficha é a realização de um estudo a nível nacional para dar resposta a indicadores de resultados inscritos no PNA. A taxa de execução é de 0 %, pelo facto de o estudo nacional não ter sido concluído e a região não foi alvo de um diagnóstico e estudo piloto de programação e dimensionamento do sistema.

**Pontos Críticos:** A região do Alto Tâmega e Barroso identificou a necessidade de piloto de programação e dimensionamento do sistema.

**Melhorias:** Conclusão do estudo a nível nacional de Programação e dimensionamento do sistema.

## CONCLUSÕES

O piloto manifestou-se como orientador e facilitador para a construção do Programa Regional e Sub-regionais de Ação, reforçando a coordenação e articulação entre entidades e incentivando a uma maior participação de outras entidades locais, numa ótica de melhoria contínua face aos aspetos menos positivos registados na gestão do projeto piloto.

Por outro lado, deveria ter existido uma melhor coordenação entre programas no sentido de garantir uma transição que permitisse dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho específico do piloto para a Comissão SRGIFR e respetivo PSA, de forma a integrar todo o trabalho desenvolvido e acautelar o orçamento para os 17 projeto chave identificados no âmbito do projeto piloto. Uma das principais dificuldades sentidas foi a definição de projetos sem que sejam acompanhados por instrumentos de financiamento adequados à sua implementação, realçando-se a ausência de coordenação centralizada nos processos de candidatura.

Ao nível da operacionalização destaca-se a preocupação demonstrada pelas entidades que integraram o projeto, perante a dificuldade na mobilização da população e proprietários em alguns projetos (aldeia segura e condomínio aldeia), associada à crescente falta de mão-de-obra qualificada.

Por outro lado, verificou-se que a não integração no grupo de trabalho específico desde a fase inicial de implementação do projeto de algumas entidades, nomeadamente OPF e Bombeiros, retirou da discussão uma componente operacional importante do sistema.

Nesta região foi implementado um programa de visitação, nos municípios que integraram o projeto, permitindo adquirir uma visão integrada do território, criando em simultâneas condições para um maior alinhamento das reuniões técnicas.

A taxa de execução apresentada para cada um dos projetos, inclui ações anteriores a junho de 2021 em virtude da informação de base, não obstante já existir em alguns projetos, se encontrar, à data, dispersa por várias entidades e não estar compilada da

forma como era requerida nas fichas de projeto. Por este facto a avaliação das taxas de execução dos projetos não merece a concordância da CIM do Alto Tâmega e Barroso, por considerarem que ações realizadas em períodos anteriores ao início de implementação do projeto piloto, não devem ser contabilizadas como resultado. As perspetivas da CIM e da AGIF são distintas. A CIM considera que a taxa de execução está única e exclusivamente indexada ao financiamento. A AGIF considera todo o trabalho de planeamento inerentes à construção dos projetos (resultados esperados, entidades envolvidas no processo colaborativo, intervenção sub-regional, definição de indicadores e metas), as ações que foram consideradas na taxa de execução dos projetos estavam relacionadas com a fase de planeamento e governança, conforme previsto na RCM Nº25/2021. Isso incluiu a articulação e tomada de decisão entre várias entidades, a especialização das equipas de gestão integrada de fogos rurais, a mobilização de agentes para as melhores práticas de proteção, a implementação de projetos de inovação e desenvolvimento, a padronização da monitorização e mecanismos de reporte, e a mobilização de financiamento. No entanto, é importante notar que o resultado na mobilização de fontes de financiamento ficou aquém do esperado.

Referem ainda a necessidade de ter sido criado um pacote financeiro específico para o piloto, com gestão centralizada dos fundos na CIMAT, simplificação dos processos de candidatura e valorização dos projetos do piloto nos critérios de avaliação do mérito. A ausência de um pacote financeiro específico para o projeto, impossibilita nesta fase avaliar de forma objetiva os resultados do piloto, como fator decisivo de mudança do território, com exceção de um aviso recentemente publicado pela PEPAC, no qual foi acautelado um critério de diferenciação positiva pelo facto dos projetos estarem inseridos em território abrangidos pelo projeto piloto.

A inexistência de fontes e mecanismos de financiamento para cada um dos projetos, , condicionaram os avanços em vários dos projetos e a sua operacionalização no território, não correspondendo deste forma as expectativas criadas pelas Entidades que integraram o grupo de trabalho, e que durante vários meses participaram na construção dos projetos do piloto com o intuito de contribuir para a valorização do Território, facto este, que veio dificultar os trabalhos de construção do PSA na região.

Considera-se que nesta região existe uma clara oportunidade de atração do investimento privado através de incentivos ao envolvimento de *stakeholders* do setor privado, numa lógica de valorização da economia e criação de valor, promovendo a sustentabilidade dos processos. Isto pode ser conduzido na lógica artilha do trabalho em rede, das ações desenvolvidas pelas diversas entidades que integram o projeto (e.g. condomínio de aldeia).

Adicionalmente, propõe-se também a hipótese de revisão, análise e discussão do modelo de governança de baldios numa lógica nacional e europeia que garanta transparência e a sustentabilidade económica e ambiental dos perímetros florestais.

Por último, embora a CIM do Alto Tâmega e Barroso reconheça a dificuldade de mudar um Sistema com vários anos de existência, destacamos, como fatores positivos, a continuidade da dinâmica entre Entidades do Sistema, já existentes neste território e a consolidação de toda a informação que estava dispersa por várias Entidades.

Por sugestão da CIM do Alto Tâmega e Barroso, propõe-se ainda que toda a informação produzida no âmbito do projeto piloto seja disponibilizada numa plataforma e acessível a todas as Entidades do Sistema, sugerindo-se por exemplo uso do Observatório do Alto Tâmega para repositório

## PROJETO-PILOTO NA REGIÃO DE COIMBRA

O projeto-piloto da Região de Coimbra foi apresentado a 2 de abril de 2021, sendo o programa de execução, acompanhamento e monitorização aprovado em Conselho Intermunicipal, a 10 de agosto de 2021.



Foram realizadas 9 reuniões do Grupo Técnico Específico, envolvendo as entidades previstas na RCM nº 25/2021.

### SWOT E OS PROJETOS

Analisadas as fragilidades, os pontos fortes, as ameaças e as oportunidades do território (análise SWOT), o grupo de trabalho selecionou depois dez projetos que se entendeu melhor responderem a esse diagnóstico.

Da análise e do conhecimento do território foi possível identificar as seguintes fragilidades: o ordenamento e planeamento florestal insuficiente ou desajustado à realidade do território, a falta de integração da gestão do fogo no desenvolvimento de planos de negócios multidisciplinares em reforço a Zonas de Intervenção Florestal, organizações de produtores florestais sem apoio e com cobertura insuficiente no território.



Assinala-se também a insuficiente e ineficiente gestão estratégica de combustíveis, bem como ausência de planos de recuperação (ou limitados na sua intervenção) para as áreas ardidas.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• A floresta representa um bem social e económico;</li> <li>• Floresta muito produtiva e com potencial para o uso múltiplo;</li> <li>• Potencial de Biodiversidade;</li> <li>• Potencial competitivo com outros setores de atividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O potencial para a ocorrência de incêndios graves;</li> <li>• Ligação às comunidades e associação de produtores;</li> <li>• Organização de produtores florestais débil, carecem de organização, investigação e interdisciplinaridade;</li> <li>• Questões demográficas e sociais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conquista de novos mercados pela diversificação de produtos e certificação;</li> <li>• Produtos diferenciadores (turismo, paisagem, cultura);</li> <li>• Competitividade territorial (qualificação, infraestruturas, emprego, qualidade de vida...).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptação às alterações climáticas;</li> <li>• Adaptação de comunidades e entidades ao risco;</li> <li>• Adaptação à “economia verde/circular”;</li> <li>• Ordenamento do território e incêndios.</li> </ul>

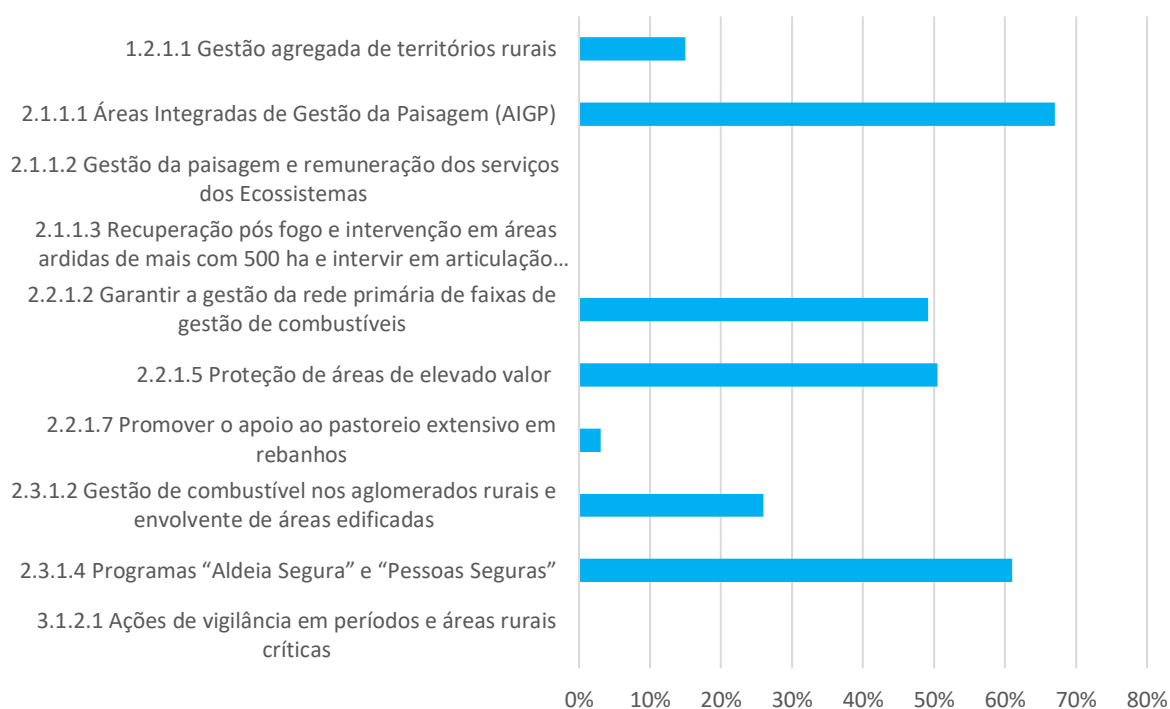
Não sendo um projeto selecionado para o piloto de Coimbra, mas numa ótica de aproveitar as sinergias criadas, promoveu-se uma visitação ao território e conversa com *stakeholders* relativamente ao projeto “2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos” sob a responsabilidade do ICNF. A visita técnica dos especialistas do Instituto de Recursos Florestais da Finlândia e da Kaleria University of Applied Sciencies (LUKE) e Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG), ocorreu ao território do Município de Gois e teve como intuito efetuar uma primeira avaliação de viabilidade de instalação de caldeiras de biomassa para aquecimento de edifícios públicos e cadeias locais de abastecimento.

Importa realçar que, durante o período de execução do projeto piloto têm sido dinamizadas reuniões bilaterais com os principais responsáveis pela execução dos projetos-chave no sentido de estimular a execução dos projetos e concomitantemente auscultar as dificuldades na implementação dos mesmos e apoiar a sua concretização. Estas reuniões foram muito bem acolhidas pelas entidades, sendo, portanto, uma prática a que se pretende dar continuidade.

## EXECUÇÃO

Relativamente ao grau de execução dos projetos seleccionados apresentam-se abaixo os principais resultados:

### Taxa de Execução



### Orientação Estratégica 1 - Valorizar os Espaços Rurais

#### Projeto 1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais

**Avaliação:** as metas desta ficha são a existência de 6 OPF com incentivo à gestão, a existência de 55 400ha em ZIF com incentivo à gestão e 52 469 baldios com incentivo à gestão. Neste projeto encontra-se em execução o incentivo à gestão de áreas de baldio, com uma taxa de execução de 15%.

**Pontos Críticos:** projeto com baixa taxa de execução. Dificuldade na obtenção de financiamento.

**Melhorias:** Agilização da criação de critérios para atribuição do apoio, seguido de concretização.

## **Orientação Estratégica 2 - Cuidar os Espaços Rurais**

### **Projeto 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)**

**Avaliação:** as metas desta ficha são a constituição de 12 AIGP e 4 OIGP. Até ao momento, foram submetidas 9 candidaturas, aprovadas e contratualizadas 8. Taxa de Execução: 67%. Nenhuma OIGP se encontra aprovada em 31 de março de 2023, pese embora o trabalho de proximidade e com recursos humanos dedicados a esta tarefa da entidade responsável (ICNF) com as entidades gestoras. Atendendo a que este indicador está diretamente aprovado com os timings de aprovação das candidaturas AIGP e processos subsequentes, este indicador foi desconsiderado do projeto piloto, pela impossibilidade de concretização no prazo de tempo definido para os projetos piloto.

**Pontos Críticos:** abertura do concurso não acautelou a integração de todas as áreas do piloto e não valorização de ser área do projeto piloto na avaliação das candidaturas.

**Melhorias:** acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do projeto piloto; e.g. novo concurso contempla item de valorização pela candidatura se encontrar na área do piloto. Foi proposta a realização de uma ação de formação no modelo de transformação da paisagem para um território mais resiliente, a realizar pela equipa regional de GFR do ICNF, destinado a entidades gestoras das AIGP durante o processo de elaboração das OIGP. O programa de formação foi elaborado, mas que não se chegou a concretizar, numa primeira data por não terem ocorrido inscrições dos potenciais interessados e sem remarcação.

### **Projeto 2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos Ecossistemas**

**Avaliação:** as metas desta ficha são o número de áreas piloto de remuneração dos serviços dos ecossistemas concretizadas.

**Pontos Críticos:** 0% de execução.

**Melhorias:** Criação de uma matriz de remuneração dos serviços dos ecossistemas.

### **Projeto 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais.**

**Avaliação:** as metas desta ficha são a recuperação de 100% da área ardida com intervenção em 50%. A Taxa de execução é 0% o que, na perspetiva da estabilização de emergência, constitui um sinal positivo pois não ocorreram incêndios com área superior a 500ha. Por outro lado, não houve aposta em recuperação de áreas percorridas em incêndios anteriores e que nesta fase estariam em fase de recuperação e que são áreas superiores a 500ha.

**Pontos Críticos:** 0% de execução. Não existiram incêndios com áreas superiores a 500ha no ano de 2021. Não ocorreu aposta na recuperação pós-fogo de anos anteriores.

**Melhorias:** Atender à recuperação pós-fogo além da estabilização de emergência.

### **Projeto 2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis**

**Avaliação:** as metas desta ficha são o número de hectares (meta 1280 em 2023) com manutenção efetiva da rede, a taxa anual de cumprimento >90%, elaborar a Carta Anual de troços de RP Prioritários para a área geográfica por NUT e a avaliação do traçado regional (por NUT) / avaliação da necessidade de novos troços. A Taxa de execução do primeiro indicador é de 58% (encontram-se executados 739,8ha). A taxa de execução do indicador “avaliação do traçado regional (por NUT) / avaliação da necessidade de novos troços” é de 100%.

**Pontos Críticos:** Ausência de recursos (materiais e humanos) para a execução dos trabalhos. Processos de contratualização/execução demorados.

**Melhorias:** promover uma priorização dos troços a executar com continuidade de forma que a descontinuidade não seja um fator que continua para uma eventual menor

eficácia destas áreas. Criação de mecanismos de promoção de emprego nas áreas de prestadores de serviços silvícolas por forma a dar resposta às necessidades.

#### **Projeto 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor**

**Avaliação:** as metas desta ficha são a área gerida através de programas de gestão estratégica de combustíveis (812ha/ano). A execução é de 100% (executados 847ha).

#### **Pontos Críticos:**

**Melhorias:** Criação de mecanismos de promoção de emprego nas áreas de prestadores de serviços silvícolas por forma a dar resposta às necessidades.

#### **Projeto 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos**

**Avaliação:** as metas desta ficha são o Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso a pastoreio extensivo (1347ha) e o Número de animais envolvidos (5 388 caprinos). Os indicadores têm execução de 3%.

**Pontos Críticos:** Ausência de recursos financeiros atrativos que promovam a dinâmica da atividade.

**Melhorias:** Diagnóstico de territórios com potencial para a atividade que cumpram os objetivos do projeto e simplificação da burocracia associada às servidões para utilização dos terrenos. Financiamentos simplificados e ajustados à atividade.

#### **Projeto 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas (Condomínio de Aldeia)**

**Avaliação:** as metas desta ficha são o número de aglomerados populacionais; com projetos de “Condomínio de Aldeias” executados (meta 2023: 43). A Taxa de execução é de 47%, ou seja, 20 candidaturas implementadas. Entretanto existem mais 29 candidaturas aprovadas que se encontram em execução.

**Pontos Críticos:** Anúncios de concursos limitadores e pouco adaptados aos territórios; inelegibilidade das despesas de manutenção, incapacidade legal de intervenção por parte da entidade proponente da candidatura sem autorização expressa dos proprietários, que muitas vezes é ausente e/ou desconhecido. Limitações da área mínima com 60% de ocupação florestal baseada na COS.

**Melhorias:** Acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do projeto piloto futuras. Anúncios mais adaptadas e eventualmente com uma graduação da escala de ocupação na faixa dos aglomerados. Elegibilidade das despesas de manutenção. Criação de mecanismo legal que permita a intervenção por parte das autarquias.

#### **Projeto 2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”**

**Avaliação:** os indicadores de realização no âmbito da ficha do PNA desta ficha são o número de aglomerados populacionais abrangidos pelos programas; a percentagem de aglomerados com ações e o número de hectares tratados na envolvente dos aglomerados (pese embora esteja vertido este indicador de realização no PNA, aqui como meta, importa sublinhar que este indicador não depende da eficácia da implementação dos programas ASPS, mas apenas do projeto 2.3.1.2. – Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas). A meta global para os 3 indicadores é de 134 programas implementados. A Taxa de execução (início de 2022) é de 61% (executados 82 programas).

**Pontos Críticos:** Reduzida proatividade dos municípios; descrença no programa; a subsistência de aspetos culturais e psicológicos na perceção do risco de incendio rural; medidas de apoio financeiro.

**Melhorias:** Alinhamento com o projeto Condomínios de Aldeia.

## **Orientação Estratégica 3 – Modificar Comportamentos**

### **Projeto 3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas**

**Avaliação:** as metas desta ficha são assegurar ações de vigilância 165 dias/ano (períodos críticos) em zonas críticas / ignições verificadas (165), para 2021/2022: 47% freguesias prioritárias (20 das 42) com patrulhamento assegurado por 10 equipas nas horas críticas (11h-17h,13H00-19H00) e para 2023: 57% freguesias prioritárias (24 das 42) com patrulhamento nas horas críticas (11h-17h,13H00-19H00) assegurado por 12 equipas. Não conseguimos reporte para o primeiro ano.

**Pontos Críticos:** GNR referiu desconhecer estes indicadores e como tal não ter a informação para poder dar reporte aos indicadores. Em reunião bilateral, via remota, em 17 março de 2022, em que foi dada a nota deste desconhecimento dos indicadores, os mesmos foram apresentados e, o representante da GNR, assumiu o compromisso de no segundo ano do projeto trabalhar a informação para conseguir reportar estes indicadores. Referiu que só conseguem potenciar as ações com mais viaturas e mais pessoal. Os turnos dos agentes não abrangem a totalidade do horário da vigilância pelo que tais horas deverão que ser pagas de forma complementar pois só desta forma não se prejudica o normal funcionamento da GNR. Neste segundo ano, apesar das insistências, não conseguimos obter reporte.

**Melhorias:** Fornecer informação à GNR dos percursos de vigilância das equipas de SF. Verificar a possibilidade de financiamento. Melhorar o fluxo de reporte.

# CONCLUSÕES

Os pontos críticos da região Centro são sensivelmente os mesmos que se revelam nas restantes regiões. Inicialmente o desconhecimento por parte das entidades da matriz de responsabilidades resultou em pouco compromisso, envolvimento e colaboração por parte das entidades SGIFR; estas questões foram progressivamente ultrapassadas, mas a inexistência de uma matriz comum de trabalho e diferentes processos inter-entidades dificultaram o diálogo e trabalho conjunto.

Quanto aos projetos, a inexistência de fontes e mecanismos de financiamento para cada um dos projetos, bem como a inexistência de anúncios de candidaturas direcionadas aos projetos piloto ou com majoração nos restantes, condicionaram os avanços em vários dos projetos.

A inexistência de equipas de projeto dedicadas, com interlocutores definidos e com metas e calendarização para reporte de trabalho, originaram também atrasos.

Uma das oportunidades será a criação projetos conjuntos de entidades públicas para dinamização de um sector, estreitando laços entre projetos afins com responsáveis distintos (e.g. Condomínio/Aldeias Seguras – Pessoas Seguras) e potenciar o relacionamento entre entidades. Isto poderá também ser conseguido com mais sucesso através do aproveitamento de sinergias do PSA para envolver o grupo de trabalho específico do piloto.

As entidades manifestaram também interesse num website informativo ou produtos físicos para familiarização com o PNGIFR, que não é ainda um documento de conhecimento generalizado.



## PROJETO-PILOTO NO ALGARVE

O projeto-piloto do Algarve Barlavento foi apresentado a 13 de maio de 2021, sendo o programa de execução, acompanhamento e monitorização aprovado em Conselho Intermunicipal, a 2 de julho de 2021.



Foram realizadas 16 reuniões do Grupo Técnico Específico e 23 reuniões intercalares para preparação das reuniões do Grupo de Trabalho Específico, envolvendo as entidades previstas na RCM nº 25/2021 e representantes de outras entidades.

## SWOT E OS PROJETOS

Analisadas as fragilidades, os pontos fortes, as ameaças e as oportunidades do território (análise SWOT), o grupo de trabalho selecionou depois treze projetos que se entendeu melhor responderem a esse diagnóstico.

O diagnóstico realizado apontou essencialmente para problemas na dispersão da edificação em áreas de grande perigo - com a inerente dificuldade de proteção às pessoas e bens - e para a pequena dimensão das parcelas do território e a dificuldade na sua gestão rentável. Mas identificou-se por outro lado o potencial económico da região, no sentido de desenvolvimento dos serviços agro-silvo-pastoris e os serviços de ecossistemas para além da complementaridade com outros setores como a bioeconomia e o turismo.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso Agro-silvo-pastoril [(pastoreio extensivo com raças autóctones (Ex.: cabra algarvia)]</li> <li>• Uso Múltiplo (cinegética; apicultura; TER, etc.)</li> <li>• Valorização dos produtos e serviços ligados ao sector agro-florestal.</li> <li>• Elevada procura turística</li> <li>• Plano de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PCIR (elevado nº e dispersão de edificações em espaço rural)</li> <li>• Insuficiente execução de rede secundária de FGC's e implementação/manutenção da rede primária de FGC's</li> <li>• Desertificação/Despovoamento das aldeias serranas</li> <li>• População envelhecida e absentismo dos Proprietários agro-florestais</li> <li>• Fraca ligação a processos de Associativismo agro-florestal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• População sensível à problemática dos IR</li> <li>• Economia circular e bioeconomia</li> <li>• Neo Rurais – comunidades de novos rurais</li> <li>• Remuneração dos proprietários pelos serviços dos ecossistemas</li> <li>• Ligação internacional à região de Andaluzia - CILIFO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo em espaços florestais com comunidades itinerantes e/ou alojamentos temporários sem conhecimento das autarquias e/ou cumprimento do condicionalismo de circulação e permanência</li> <li>• Ausência de histórico de uso de fogo na gestão de combustível/gestão habitat</li> <li>• Recorrência de Incêndios Rurais</li> <li>• Falta de qualificação e quantidade de mão-de-obra especializada em GFR</li> </ul>

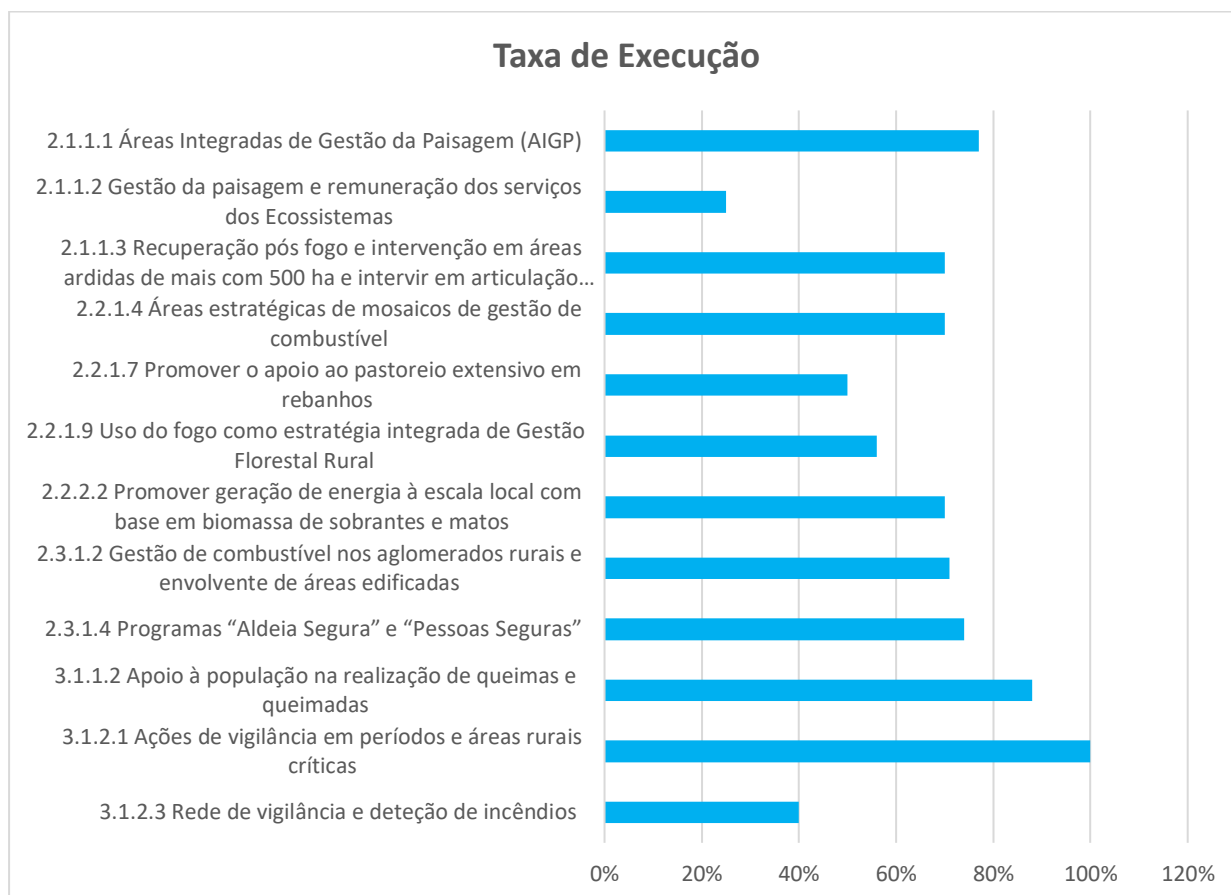
Para uma melhor proteção das pessoas e bens, identificaram-se projetos como a “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” mas igualmente o “Apoio à Realização de Queimas e Queimadas” que a par de “Ações de Vigilância e Patrulhamento em áreas e períodos críticos” se revelam essenciais para diminuir o número de incêndios. Sabendo que esta proteção será tanto mais eficaz quanto mais cedo se detetarem as ignições, foi também selecionado o projeto de reforço da “Rede de Vigilância e Deteção” procurando-se utilizar sistemas inteligentes de deteção vídeo e complementar assim a rede nacional de postos de vigia, que se debate com dificuldades regulares no recrutamento de recursos humanos nesta região.

Já no sentido da maior rentabilização dos espaços rurais foram selecionados projetos direcionados para a gestão agregada, desenvolvimento do pastoreio, para a remuneração dos serviços de ecossistemas, para a diversificação da economia rural e mesmo para a geração de energia com base em pequenas centrais de biomassa.

Sendo a gestão de combustível crítica em territórios deficientemente geridos, foi identificado uma maior utilização do uso do fogo controlado como instrumento relevante para esse fim. A recuperação das áreas ardidas foi também considerada chave para evitar a geração de novas situações de risco começando desde logo com as ações de estabilização de emergência.

## EXECUÇÃO

Relativamente ao grau de execução dos projetos seleccionados apresentam-se abaixo os principais resultados, para uma taxa total de execução de 66%:



### **Projeto 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural**

**Avaliação:** Sem atividades desenvolvidas. Taxa de Execução: 0%.

**Pontos Críticos:** Não foram identificados projetos que visem a qualificação e atração de fundos ao nível regional, nomeadamente pela fase ainda de negociação dos projetos para o novo quadro comunitário PT20-30. Desta forma, o projeto foi considerado removido do projeto piloto, pela impossibilidade de concretização no prazo de tempo definido para os projetos piloto (necessidade de aplicação da Programa Regional).

**Melhorias:** Estímulo à participação local com iniciativas de qualificação da economia rural (e.g. organização de eventos de âmbito municipal/regional, para promoção dos produtos locais).

### **Projeto 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)**

**Avaliação:** As metas desta ficha são a constituição de 6 AIGP e 2 OIGP. De momento, foram submetidas 5 candidaturas, aprovadas 5 e constituídas 4. No caso das OIGP, foram submetidas 3 e aguardam aprovação. De destacar a proatividade dos municípios em submeterem ou prepararem as candidaturas, que permitiu neste momento existirem, mais 2 candidaturas a aguardar abertura de aviso. Taxa de Execução: 77%.

De assinalar uma sessão de capacitação para preparação das OIGP – Operações Integradas de Gestão da Paisagem - 1ª sessão "Quadro de referência para a elaboração e avaliação da OIGP", que teve lugar no Município de Silves, tendo contado com a presença do Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza das Florestas e do Ordenamento do Território e mobilizado os representantes de várias entidades da região.

À data, encontram-se em fase de elaboração as OIGP do município de Silves.

**Pontos Críticos:** A abertura do concurso não acautelou a integração de todas as AIGP na área do piloto e não valorizou o facto de ser área do projeto piloto na avaliação das candidaturas.

**Melhorias:** Acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do projeto piloto; e.g. novo concurso contempla item de valorização pela candidatura se encontrar na área do piloto.

### **Projeto 2.1.1.2 Gestão da Paisagem e Remuneração de Serviços de Ecossistemas**

**Avaliação:** As metas são o mapeamento dos serviços de ecossistemas existentes nas áreas do piloto e a implementação e manutenção da gestão em 300 hectares da área mapeada para conversão de espécies autóctones (100ha) e de apoios às áreas em pré-

produção (200ha). Abertura do aviso n.º 16954/2022 “Valorização, reabilitação e reconversão da paisagem no âmbito do PRGP das Serras de Monchique e Silves”, com 1.8 milhões de euros. Taxa de Execução: 25%.

**Pontos Críticos:** Capacidade de execução do proposto na candidatura. Continuidade e manutenção das intervenções.

**Melhorias:** Identificação de zonas com potencial para instalação de pilotos de serviços de ecossistemas.

### **Projeto 2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500 ha em articulação com as entidades locais**

**Avaliação:** As metas desta ficha são a execução dos relatórios dos grandes incêndios rurais, a definição de áreas para estabilização de emergência e recuperação, e a execução das intervenções em 20% da área ardida. Foi prontamente elaborado pelo ICNF o relatório, definidas as áreas e submetidas candidaturas ao aviso 8.1.4. Taxa de execução: 70%.

**Pontos Críticos:** Aviso de concurso tardou a sair, é demasiado restritivo e detalhado nas intervenções admissíveis, limitando a iniciativa das entidades. Carência de candidaturas de particulares (escala de propriedade reduzida).

Ausência da publicação de uma diretiva operacional.

**Melhorias:** Distribuição do relatório ICNF pelas entidades da área afetada permitiria a antecipação na mobilização de meios de intervenção para a recuperação das áreas ardidas, acelerando o processo até ao momento de abertura do aviso de concurso.

Visto que o valor gasto é reembolsado, falta iniciativa das entidades em iniciarem o processo de recuperação.

O reconhecimento de “serviço público” por parte do ICNF as ESF, e maior afetação de recursos próprios do instituto, nos trabalhos de estabilização de emergência, também permitiria trazer mais celeridade ao processo.

#### **Projeto 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível**

**Avaliação:** As metas são o mapeamento do potencial de grandes incêndios, a definição de áreas prioritárias e a implementação de 1500 hectares de mosaicos estratégicos. Executado o draft das áreas potenciais por parte do ICNF, com o suporte da cartografia nacional de potencial de grandes incêndios. Taxa de execução: 70%.

**Pontos Críticos:** Financiamento específico para execução de áreas de mosaicos estratégicos.

#### **Projeto 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos**

**Avaliação:** As metas são o apoio a 5 projetos de pastoreio extensivo, a implementação de 100 hectares em gestão de combustível e 200 cabeças normais abrangidas pelo projeto. Destacar aqui o esforço a AMAL em orçamentar um “Curso de Pastoreio Sustentável e Gestão de Paisagem” para o Algarve, bem como o esforço contínuo em criar um matadouro móvel na região. Execução de gestão de combustível em condomínios de aldeia, em 53 há, feita com recurso a um rebanho de 50 cabeças. Taxa de Execução: 50%.

**Pontos Críticos:** Aguarda aviso de apoios específicos e identificação de oportunidades, sem fontes de financiamento defendidas, quer para o “Curso de Pastoreio Sustentável e Gestão de Paisagem” bem como para o “matadouro móvel”.

**Melhorias:** Criação de um matadouro móvel na região, implementação da escola de pastores e simplificação da burocracia associada às servidões para utilização dos terrenos.

#### **Projeto 2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão Florestal Rural**

**Avaliação:** As metas desta ficha eram a realização de uma ação de promoção e dinamização por ano e a realização de 50 hectares com fogo controlado. Foi realizado um curso de Fogo Controlado e foram executados cerca de 6 hectares. Taxa de Execução: 56%.

Neste projeto destacamos o curso de “Técnicos de Fogo Controlado”, envolvendo a maioria dos GTF da região bem como técnicos de outras entidades, promovido pela AMAL, o que permitiu a disseminação da prática pela região.

**Pontos Críticos:** Aceitação da técnica, classificação de zonas como admissível o fogo de gestão, existência de interesse por parte dos privados em executar fogo controlado nas suas propriedades e mudança de mentalidades face à aplicação da técnica.

**Melhorias:** Regularidade da prática de fogo controlado para treino operacional e manutenção da credenciação, mais dinamização das entidades no território.

#### **Projeto 2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos**

**Avaliação:** As metas são a implementação de 2 projetos distintos com caldeiras até 0.5 MW. Escolhidos locais de implementação e métodos de recolha de biomassa de sobrantes e matos, realizada visita técnica Luke-ISEG ao Município de Silves, a aguardar relatório de viabilidade técnica para implementação. Taxa de execução: 70%.

**Pontos Críticos:** Viabilidade técnica e económica assegurada para os locais selecionados.

**Melhorias:** Resposta das entidades mais célere em relação às restantes fases do processo, maior celeridade na produção do relatório técnico de viabilidade.

#### **Projeto 2.3.1.2 Gestão de combustível dos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas**

**Avaliação:** As metas são 22 aldeias com o projeto implementado. Definidos os locais prioritários, executadas quatro aldeias no primeiro concurso e em fase de contratação no último concurso (de 2023). Último aviso permitiu já adaptação do valor fixo de interface florestal para um indicador mais genérico (quociente) de presença de combustível na área da freguesia. Taxa de execução: 71%.

**Pontos Críticos:** Limitações na abrangência da candidatura, municípios concorreram mediante os condicionalismos do aviso de abertura e não mediante as necessidades e planeamento. Limitações no número de localizações por entidade prejudica apresentação de candidaturas (municípios). Das 22 aldeias previstas, de acordo com o aviso, apenas 12 se puderam candidatar. Necessária melhor definição do que é um aglomerado e a fonte desta informação: e.g. extensão definida pela COS, pela DGT, pelo PMDFCI ou mapa de interface?

**Melhorias:** Acautelar aberturas de concurso alinhadas com as necessidades do projeto piloto; por exemplo, a ficha de projeto no PNA inclui várias atividades associadas ao condomínio de aldeia, nomeadamente a gestão de combustível – no entanto, não se traduziu na abertura do concurso pois estas metas e objetivos estariam vertidos na ficha 2.2.1.3. Articulação com ASPS. Maior alinhamento da dimensão da aldeia versus apoio garantido; 50.000€ poderão ser excessivos para uma aldeia, mas insuficiente para outras.

#### **Projeto 2.3.1.4 Programas Aldeia Segura Pessoas Seguras**

**Avaliação:** As metas são a implementação de 40 novos aglomerados, 2 campanhas de sensibilização local de proximidade, 2 campanhas em OCS e a realização de um exercício ou simulacro. Definidas as localizações e implementadas 15 aldeias. Taxa de execução: 74%.

**Pontos Críticos:** Proatividade dos municípios em apresentar propostas de implementação, não existiu financiamento direto. Ausência de cruzamento com o Condomínio de Aldeia.

**Melhorias:** Existir um critério de priorização fixo em função do risco, por oposição a estar dependente apenas da vontade do município instalar. Isto fica dependente também da criação de financiamento para estabelecimento do programa. Considerar adequação às características e realidade local (e.g. sistema de alarme tipo sirene em caso de ausência de rede telemóvel).



### **Projeto 3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas**

**Avaliação:** As metas são a uniformização de procedimentos na comunicação de queimas e autorização de queimadas e 400 ações anuais de apoio à realização de queimas e queimadas. Realizadas ações de esclarecimento e uniformização. De salientar o esforço do ICNF em estabelecer uma uniformidade de procedimentos na região, tendo sido realizadas reuniões com os vários municípios e efetuada uma ação de sensibilização envolvendo os presidentes de junta da área do projeto piloto.

Taxa de execução: 88%.

**Pontos Críticos:** Adesão de todos os municípios à plataforma de queimas e queimadas.

**Melhorias:** É necessário mais esforço na uniformização e sensibilização dos autarcas resistentes (reuniões bilaterais) para a necessidade de todas as entidades utilizarem a mesma plataforma para reporte e acompanhamento dos pedidos.

### **Projeto 3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas**

**Avaliação:** As metas são a realização de ações de vigilância 90dias/ano (no período crítico) em zonas críticas e 30% das freguesias prioritárias (2 de 6) com patrulhamento assegurado por 6 equipas nas horas críticas (11h-17h). A aguardar nova diretiva DIVDIR.

Taxa de execução: 100%.

**Pontos Críticos:** Garantir o alinhamento entre o produto de cartografia de apoio de identificação interativa da capacidade de vigilância e a diretiva DIVDIR.

**Melhorias:** Alteração do modelo de rotas fixas para vigilância perimetral.

### **Projeto 3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios**

**Avaliação:** As metas são a implementação de 6 Torres de Acompanhamento Remoto e a sua manutenção ao longo do piloto. Executada cartografia de planeamento das localizações. Existiu também um estudo conjunto entre a AGIF e a GNR no sentido de implementar Torres de Acompanhamento Remoto (TAR) para auto-deteção instaladas em torres de comunicações. Taxa de execução: 40%.

**Pontos Críticos:** Obtenção de fundos para instalação das TAR e manutenção. Decorrido o tempo desde o anterior estudo e orçamentação, realizar nova pesquisa de mercado para garantir atualização da tecnologia e cumprimento de requisitos (e.g. interoperabilidade, RGPD e metadados).

**Melhorias:** Criação de linha de financiamento regional.

## CONCLUSÕES

Com o decorrer do piloto, verificou-se uma concordância com o modelo de construção numa lógica *bottom-up*, apesar de se ter verificado a necessidade de mais tempo para discussão e análise dos vários temas no processo de tomada de decisão pelo grupo de trabalho.

Genericamente, os projetos com menores avanços, como o recurso ao pastoreio extensivo ou diversificação da economia rural, ficaram na dependência exclusiva da abertura de candidaturas a fundos ou apoios económicos, tendo as suas ações e oportunidades identificadas. Desde a apresentação do relatório intercalar, foi necessária a adaptação de algumas das metas dos pilotos aos poucos financiamentos que surgiram – deturpando o objetivo final dos fundos adaptados ao território, por oposição a modelar as iniciativas ao financiamento disponível. Este permanece um dos pontos críticos da aplicação do SGIFR no território.

De destacar também que os projetos com 0% de taxa de execução foram condicionados pelas metas e fases de execução apontadas pelas entidades responsáveis; apesar de ter sido feito trabalho preparatório, na ausência de resultados efetivos ou avanços em relação às fases definidas por dependência de apoio financeiro, não é possível considerar uma taxa de execução superior a zero.

Na região do Algarve, um dos principais pontos críticos identificados reside precisamente nos avisos das candidaturas, à semelhança do apontado pelas outras regiões do piloto: por um lado, a ausência de uma coordenação centralizada ou um sistema multifundos dedicado aos projetos, e por outro a ausência de preparação no trabalho antes do lançamento de concursos ou candidaturas a fundos. Tal facto, deriva da especificidade e excesso de detalhe de intervenções entre candidaturas: só é possível saber os requisitos muito específicos após a abertura de concurso.



# ANEXOS



## CERTIDÃO

Certifico que da ata da reunião ordinária do Conselho Intermunicipal realizada em 6 de julho de 2021 consta a seguinte deliberação: -----

-----  
**PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO:**-----

**Programa de Execução, Acompanhamento e Monitorização no Âmbito do Projeto Piloto do Alto Tâmega do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.**-----

-----  
O representante da AGIF fez a apresentação do Programa de Execução, Acompanhamento e Monitorização no âmbito do Projeto Piloto do Alto Tâmega do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, tendo identificado os principais projetos prioritários para o território, bem como, os intervenientes, metas, indicadores e respetiva estimativa orçamental.  
-----

**Deliberação:** O Conselho Intermunicipal deliberou por unanimidade aprovar Programa de execução, acompanhamento e monitorização no âmbito do projeto piloto do Alto Tâmega do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais nos termos propostos. -----

-----  
E para constar se lavrou a presente certidão que vai devidamente assinada por mim, Ramiro Manuel R. Moreira Gonçalves, Primeiro-Secretário Intermunicipal da CIMAT.-----

-----CIMAT, 13 de julho de 2021-----

O Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal



Anexo 1

## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos efeitos que o conteúdo abaixo descrito é cópia autêntica de parte da ata da reunião ordinária do Conselho Intermunicipal, realizada no dia 2 de julho de 2021.

3. AGIF – Projetos Piloto no Algarve: Foi presente a proposta número mil quinhentos e trinta e três, datada de vinte e quatro de junho, relativa à aprovação dos projectos aceites pelas entidades responsáveis na região no âmbito do projeto piloto SGIFR do Algarve barlavento. O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Está conforme o original.

Faro, 14 de julho de 2021,

A Secretária do Conselho Intermunicipal

NOÉLIA VALENTE  
RAMOS

Assinado de forma digital  
por NOÉLIA VALENTE  
RAMOS  
Dados: 2021.07.14 14:35:16  
+01'00'

Noélia Ramos

*Anexo 2*

**Minuta**  
**Ata da 56.ª Reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal**  
**da**  
**Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra**

\_\_\_ José Alberto Pacheco Brito Dias, Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) \_\_\_\_\_

\_\_\_ Certifica que da ata do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra de 12 de agosto de 2021, consta a seguinte deliberação: \_\_\_\_\_

**4.Divisão de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Intermunicipal**

**4.1. Estrutura de Ambiente, Recursos Naturais e Proteção Civil**

**4.1.5.** Proposta de programa de execução âmbito dos Projetos Piloto do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros 25/2021, de 22 de março

Foi presente a informação técnica n.º 543, datada de 09 de agosto último, na qual se recorda que a CIM RC através da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, integra o grupo de trabalho que irá apoiar a operacionalização dos projetos-piloto previstos no referido diploma legal. Os projetos-piloto incidem sobre os municípios de Município de Arganil, Coimbra, Góls, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Penela.

Mais se informa que no passado dia 02 de agosto foi remetido pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) à CIM o programa de execução dos projetos piloto para a Região de Coimbra que faz o diagnóstico da Região, define a estratégia, identifica os projetos prioritários e apresenta a orçamentação.

Neste sentido propõe-se, a pedido da AGIF, que o CI analise e delibere sobre a proposta de programa de execução dos projetos piloto para a Região de Coimbra, de acordo com a documentação em anexo à presente informação.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar Proposta de programa de execução âmbito dos Projetos Piloto do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros 25/2021, de 22 de março, conclonada à sua implementação em todo o território da CIM Região de Coimbra.**

\_\_\_ *Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.* \_\_\_\_\_

\_\_\_ É tudo quanto me cumpre certificar, em face da aludida ata. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Coimbra, 12 de agosto de 2021 \_\_\_\_\_

O Vice- Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra

  
José Alberto Pacheco Brito Dias

Projeto PNA (nome curto)	Alto Tâmega						Coimbra					Barlavento Algarvio					
	AT1	AT2	AT3	AT4	AT5	AT6	C1	C2	C3	C4	C5	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
1211 Gestão agregada				**			X*			X*							
1222 Certificação	X*			X													
1224 Diversificação e Qualificação		X	X*	X					**	**		X				X*	X*
1225 Multifuncionalidade		X	X*	X			**	**	**					**		**	**
2111 AIGP												X*					
2112 Rem. serviços ecossistemas	X*											X*					X
2113 Recuperação pós fogo							X*		X*							X	X
2212 Rede Primária			**				X*		X*	X*				**			
2213 Rede Secundária			**				**			**							
2214 Áreas estratégicas mosaicos			X	X			**				X		X*	X*			X*
2215 Proteção áreas de elevado valor							X*										
2217 Pastoreio extensivo			X*	X			X*		X*	X*	X		X*				
2219 Uso do fogo		X*			X*										X*		
2222 Geração de energia																	
2312 Gestão aglomerados rurais			**				X*		X*			X*					X*
2314 Aldeias Seguras									X*			X*					
3112 Queimas e queimadas					X*												
3121 Vigilância em períodos e áreas críticas						X*											
3123 Rede de Vigilância																	
4323 Gestão da Supressão																	

Anexo 4 (Fonte: Relatório DL2 da AARC)

## LEGENDA

X Relação direta entre projeto pioneiro e projeto PNA.

\* Replicabilidade para outras áreas do território.

\*\* Potencial de replicabilidade do projeto pioneiro para outros projetos do PNA, não definidos como "críticos"

Siglas de Projetos:

AT1-2B Forest; AT2-Raízes In.; AT3-Terra Maronesa; AT4-CAPOLIB; AT5-MARQ; AT6-Vigilância móvel;

C1-Floresta Serra do Açor; C2- Fire Shepherds; C3-F4F; C4-Aldeia da Ferraria de São João; C5-Rebanhos da Serra do Açor;

BA1-AIGPs de Silves; BA2-Aldeia Segura de Alferce; BA3-Produtores pecuários de Vila do Bispo; BA4-Curso de Fogo Controlado (AMAL); BA5-SuberPinus; BA6-Pêro de Monchique.